

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Herbert Victor Levy - Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy - Vice-Presidente

Paulo Roberto Ferreira Levy
Henrique Alves de Araújo
Roberto de Souza Ayres
Delacir Mazzini
Benjamin Constant Corrêa Junior

27 NOV 1996

QUARTA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 1996

GAZETA MERCANTIL

GAZETA MERCANTIL

Mobilização nacional para educar

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) vem realizando um trabalho fecundo de avaliação da qualidade da educação em todos os graus. Apesar da obtusa oposição de certos grupos de estudantes capitaneados pela UNE, aliada a centrais sindicais, o ministério conseguiu fazer realizar o chamado "provão" para poder aquilatar o ensino universitário no País. Agora, uma pesquisa realizada de acordo com metodologia desenvolvida pela Secretaria de Avaliação e Informação Educacional do MEC, abrangendo escolas públicas e particulares, revela que, se melhorias houve no ensino básico, o aprendizado de português e matemática no 2º grau apresenta médias tão baixas que não só envergonham o País como podem vir a ser um entrave a seu desenvolvimento futuro.

Muitos fatores sociais estão envolvidos. Embora seja menor do que se pensava, há um descompasso entre o ensino ministrado por escolas particulares e públicas, as diferenças regionais são também marcantes e até mesmo o fato de as instituições de ensino estarem situadas em grandes centros ou no interior tem influência sobre o desempenho dos alunos. Talvez seja indicado, como se cogita, reduzir o número de matérias do 2º grau e eliminar o sistema de repetência no 1º e 2º graus, sob o pressuposto de que, passando de ano, o aluno aprende mais e não é desestimulado a deixar a escola.

São questões que a avaliação do MEC coloca e que precisam ser discutidas com toda a sociedade, o que não é inviável. Não será difícil, certa-

mente, aos técnicos da área educacional pautar reuniões de pais e mestres para debates e sugestões, promover a realização de mesas-redondas pelos meios de comunicação e procurar outras formas de ampliar o mais possível o diálogo, em se tratando de um tema que diz de perto aos cidadãos e às suas famílias.

A questão está também estreitamente ligada à nossa capacidade de competir em uma economia globalizada, pois o País não pode ter uma força de

**Seria trágico
importar técnicos
de nível médio
do exterior
com tanto
desemprego aqui**

trabalho incapaz de compreender os processos de produção, como assinalou o ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Dá-se como assente que, dada a seleção feita pelas melhores faculdades das melhores universidades, o Brasil possui bons profissionais de nível universitário. É preciso assegurar que esse padrão não venha a cair no futuro, e a avaliação feita pelo MEC serve justamente para aferir quais são as reais necessidades de nossas instituições de nível superior e como elas podem atender melhor às necessidades do desenvolvimento.

Contudo, como mostraram reportagens feitas por este jornal, há uma sensível falta de profissionais de nível médio, com sólida formação básica, que possam desempenhar funções técnicas, embora não devam ser "stricto sensu" especialistas, tendo condições de absorver as transformações tecnológicas. A falta desse tipo de profissional é tanto

mais grave em uma fase em que o País se vê a braços com um sério problema de desemprego. Seria trágico, como disse um industrial, se empresas do País tivessem que contratar esses técnicos no exterior, enquanto há tanta gente aqui, com nível de 2º grau ou superior, sem trabalho.

Felizmente, soluções vêm sendo buscadas para isso. O governo enviou um projeto desvinculando o ensino técnico profissionalizante dos cursos de 2º grau, criando três níveis – básico, técnico e tecnológico. Ao mesmo tempo, o projeto estabelece uma articulação entre a educação formal e a informal, por meio do reconhecimento do ensino fora da escola, podendo o aluno obter certificado completo em uma ou várias disciplinas.

Com isso, esse projeto dá um forte estímulo ao ensino profissionalizante com a colaboração direta das empresas, muitas delas hoje diretamente vinculadas a cursos dados por escolas credenciadas ou instituídas especialmente por entidades empresariais para formação de mão-de-obra. Para mudar o sistema, não se faz necessária mudança constitucional, mas simplesmente aprovar um projeto que, inexplicavelmente, ainda se encontra na dependência de pareceres das Comissões de Trabalho e Educação da Câmara dos Deputados.

Uma propositura de tal importância não pode ser engavetada. O País não poderá competir internacionalmente se grande parte dos funcionários de suas empresas, egressos das escolas de 2º grau, não for capaz nem mesmo de redigir um relatório ou realizar operações aritméticas as mais simples. ■